



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte**
2 **e nove dias de fevereiro de dois mil e doze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais
3 de saúde, conforme lista de presença em anexo. O Sr. Porsani iniciou a reunião dando as
4 boas vindas a todos os presentes e realizou a leitura das pautas, sendo: **I. Informes; II.**
5 **Apresentação, discussão e deliberação sobre a prestação de contas do convênio entre a**
6 **Secretaria Municipal de Saúde e a Associação Maria Porta do Céu (Lo'Thedal); III.**
7 **Apresentação, discussão e deliberação sobre os profissionais da Atenção Básica; IV. Eleição**
8 **da Comissão Executiva e Mesa Diretora, cujos mandatos se encerram ao término desta**
9 **reunião; V. Apresentação, discussão e deliberação sobre o aditamento dos convênios**
10 **entre a Secretaria Municipal de Saúde e as Casas de Apoio, vinculadas ao Programa**
11 **Municipal DST/AIDS.** Após, explicou o processo eleitoral para Mesa Diretora e Comissão
12 Executiva, solicitando que os candidatos informem os nomes à mesa localizada no fundo do
13 Salão Vermelho. O Sr. Gerardo solicitou a inclusão para a votação para um conselheiro
14 suplente para a comissão de acompanhamento do CHOV. **I. Informes:** o Sr. Trombetta
15 informou que existe uma lei que cria a farmácia popular e que permite o cadastro de
16 farmácias particulares neste projeto, porém é uma enganação, pois para o paciente
17 conseguir comprar necessita de muitos comprovantes, sob pena de não conseguir comprar.
18 Falou que pegou um documento de um paciente que necessitava de Sinvastatina, a qual não
19 tinha no centro de saúde, e que não conseguiu comprar, pois possuía a receita médica do
20 centro de saúde. Apontou que as farmácias não vendem para tentar empurrar os remédios
21 de marca, mais caros que os genéricos. Questionou como podem faltar medicações
22 importantes nos centros de saúde prejudicando os usuários que possuem dificuldades de
23 locomoção. O Sr. Plácido, usuário do bairro Santa Genebra, questionou o que é e qual a
24 proposta do SUS, o qual não existe para a comunidade, pois existe uma carência terrível.
25 Falou que o Conselho Municipal de Saúde está mais distante da saúde de Campinas do que
26 se possa imaginar. Viu a CPI da Saúde na Câmara, onde esteve apenas um representante do
27 CMS, que não teve muita vez para falar. Ressaltou que o CMS é a alma do SUS e que existe
28 decreto que regulamenta a lei do SUS. Falou que existiram cinco conferências nacionais,
29 sendo que a Lei do SUS é a mais participativa de todas. Apontou que o SUS é tido como uma
30 instituição etérea. Viu uma reportagem que causa revolta, onde atribui ao SUS todos os
31 problemas da sociedade. Falou que a lei estabelece o dever dos gestores e das autoridades
32 públicas em respeitar as decisões do CMS, o que não ocorre. Denunciou que em sua região
33 não se ouviu falar de eleições do CMS. Falou que a maioria dos usuários não conhece a
34 legislação que regulamenta o SUS. Perguntou se os conselheiros conhecem e fazem cumprir
35 o que diz as leis do SUS. A Sra. Irani apresentou uma reclamação sobre o atendimento em
36 centros de saúde, questionando a coordenadora do Centro de Saúde Santa Lúcia, onde foi
37 procurar a unidade de saúde após o horário de seu trabalho e a unidade estava fechada.
38 Perguntou por que a unidade não abre aos sábados. O Sr. Gerardo falou que o informe da
39 pessoa anterior deve ser discutida na pauta sobre a atenção básica. Falou que a Igreja
40 Católica vem fazendo a Campanha da Fraternidade sobre a Saúde Pública. Ressaltou que o



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 tema tem trazido o envolvimento de muita gente e tem um ataque frontal dos meios de
42 comunicação em defesa da saúde. Convidou a todos para a caminhada em defesa da saúde
43 pública e da vida, que irá da Vila Industrial até o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, no
44 domingo, dia 18 de março. O Sr. Mariante informou que a Comissão de Legislação retornou
45 as suas atividades e tem a proposta de trazer as mudanças pensadas para o Regimento
46 Interno no que tange a estruturação do Conselho Municipal de Saúde, que deverão ser
47 discutidas nesta mesma gestão, o que é permitido pelo próprio Regimento. Falou que a
48 proposta é trazer as propostas para meados de abril, para possibilitar as discussões das
49 mudanças. Informou que o Conselho Municipal dos Direitos Humanos está convocando para
50 o dia 15 de março, uma audiência pública para discussão sobre as políticas públicas
51 municipais sobre Moradores de Rua. Apontou que não serão aceitas políticas truculentas e
52 higienistas como o projeto anterior, conhecido como “tolerância zero”. Sr. José Martins
53 justificou sua ausência de agosto de 2011 até a última reunião, por questões de doença e
54 colocou-se a disposição para maiores esclarecimentos. Sra. Maria Gil falou que na 4ª
55 conferência municipal de saúde, com muita luta, conseguiram abrir o centro de Santa Lúcia
56 até as 22 horas e a abertura no sábado. Fora feito esse contrato, nesta conferência. Explicou
57 que os trabalhos no centro de saúde aos sábados se restringem ao atendimento a
58 hipertensos. Falou sobre a conferência que ocorreu no sábado e no domingo, onde o
59 controle social fora amplamente discutido. O Sr. Felipe fez uma manifestação de repúdio
60 sobre o corte de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) que o governo da Dilma fez na
61 saúde e nas questões sociais. Falou que o ministro Padilha afirmou que essa verba não fará
62 falta. Falou que não falta dinheiro para as obras destinadas à copa do mundo. Lembrou que
63 a presidenta vetou uma parte da Emenda Constitucional 29, muito importante para o
64 financiamento da saúde. Fez um apelo para que todos os movimentos sociais, com vínculos
65 ou não ao governo, façam manifestos contrários a este corte. Convidou para a próxima
66 reunião do Fórum Popular de Saúde, a realizar-se no dia 13 de março, para discutir a
67 privatização da saúde pública. O Sr. Edmilson falou que possui o contrato entre a Prefeitura
68 Municipal de Campinas e a MRV, onde existe um acordo para o centro de saúde para idosos,
69 sendo que o Parque Jambreiro necessita de um centro de saúde geral. Apontou que o prazo
70 de entrega do projeto era hoje, por parte da SMS. Falou que a SMS questionou se a MRV
71 doaria um terreno, sendo que já existe terreno destinado a este fim. Perguntou qual o tipo
72 de unidade será construído no bairro. Reclamou que encaminhou vários ofícios ao Secretário
73 de Saúde, os quais não tem nenhuma resposta e cobrou estas respostas. A Sra. Wilma
74 solicitou que a Mesa Diretora e o Presidente solicitem que o Secretário de Saúde seja mais
75 presente nos informes, pois é o momento em que são apontadas a necessidade e a
76 reclamação dos conselheiros. Falou do sucateamento e das necessidades do Hospital
77 Municipal Dr. Mário Gatti, além do cancelamento das cirurgias por falta de preceptores.
78 Falou que saiu uma reportagem no Correio Popular e que os médicos solicitaram ao CRM
79 uma auditoria no hospital, para verificar as faltas de condições de trabalho. Afirmou ser uma
80 questão política, pois sempre funcionou, mesmo com as condições ruins. Falou que hoje, os



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 equipamentos estão sucateados, sendo que existem muitos equipamentos parados e dentro
82 de caixas no CHOV. Falou que, enquanto os equipamentos não estão sendo usados no
83 CHOV, o HMMG passa necessidade de equipamentos. O Sr. Anésio falou sobre os
84 funcionários do Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”, onde ocorreu uma reunião ontem,
85 com o Secretário de Recursos Humanos e técnicos da SMS, onde foram esclarecidas dúvidas
86 e recebidas demandas, que deverão ser devolvidas no dia 15 de março. Explicou que as
87 questões das demissões estão sendo zeradas, onde todos os funcionários em estado de
88 demissão estão recebendo todos os direitos, não existindo problemas de atraso para
89 entrada no seguro desemprego, por exemplo. Explicou que vem sendo aportes para o SSCF
90 consiga gerenciar essas demandas. Ressaltou que, dentro do quadro, a PMC vem cumprindo
91 os prazos estabelecidos. Explicou que, em relação ao concurso, a Secretaria de Recursos
92 Humanos demonstrou a contratação da empresa licitada, garantindo que o concurso saia
93 dentro do prazo estipulado pelo TAC. O Sr. Valdir falou que a situação do Pronto
94 Atendimento Padre Anchieta é a mesma a que passa o HMMG. Falou que faltam médicos
95 para o atendimento aos usuários, sendo que a situação piorará, pois existem vinte e um
96 médicos contratados via SSCF, sendo quinze clínicos. Falou que são necessários cinco
97 médicos por período no Pronto Atendimento, sendo uma prática o plantão possuir apenas
98 três médicos, o que acaba gerando descontentamento dos usuários. Perguntou se a SMS
99 espera que aconteça o pior para somente depois tomar providências. Solicitou que o CMS
100 fosse até o local para conversar sobre esse problema. Falou que no pronto atendimento do
101 Padre Anchieta atende muitos munícipes de cidades vizinhas e que estas não participam em
102 nada no financiamento da unidade. Defendeu que estes municípios deveriam participar de
103 uma contrapartida fornecendo médicos ou insumos, por exemplo. O Sr. José Carlos
104 esclareceu que conselheiro suplente pode se candidatar à Comissão Executiva, com base em
105 uma consulta jurídica realizada junto ao Conselho Estadual de Saúde. Explicou que, como a
106 Executiva é uma comissão, é permitida a participação de conselheiros suplentes. O Sr.
107 Porsani informou que esteve representando o CMS no Ministério Público, o qual está
108 preocupado com a desassistência que pode ocorrer na questão da municipalização do CHOV.
109 Falou que estavam presentes a SPDM e a SMS. Falou que a SPDM cobrou a dívida que a PMC
110 tem, sendo que fora deliberado, no final da audiência, o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias
111 para que a SMS apresente a auditoria realizada no CHOV. Foi esclarecido que tanto pela
112 SMS, a qual fez um decreto pela municipalização, quanto pelo CMS, através de suas
113 aprovações e resoluções, e a SPDM que deixou claro que não criará resistência à
114 municipalização, o CMS solicitou apoio ao MP para que isto ocorra. Acredita que o CMS
115 conseguiu o apoio do MP para a municipalização. Informou que no dia 30 de abril, o CMS
116 deverá retornar para apresentar o resultado preliminar da Comissão de Discussão sobre a
117 Municipalização da Gestão do CHOV. **II. Apresentação, discussão e deliberação sobre a
118 prestação de contas do convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Associação
119 Maria Porta do Céu (Lo’Thedal):** o Sr. Anésio realizou a apresentação da prestação de contas
120 financeira. Após, a Sra. Ivanilde realizou a apresentação da prestação de contas técnica.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 Abertas as falas, o Sr. Trombetta comunicou aos conselheiros que a entidade Maria Porta do
122 Céu não retirou seu interesse em renovar o convênio por ser beneficente, pois foram
123 praticamente obrigados a não assinar este convênio, por uma série de irregularidades. Falou
124 que uma das irregularidades é que existem funcionárias públicas que trabalham trinta e seis
125 horas no Centro de Referência ao Idoso e presta serviço no HMMG no mesmo horário.
126 Ressaltou que essa pessoa consegue realizar isso por ser filha do ex-prefeito, recebendo
127 altos salários. Informou que o Ministério Público já vem investigando este fato. Falou que
128 essa determinação para conseguir o título de UNACON é uma “sacanagem” que vem
129 ocorrendo para o SUS, onde para o hospital ter verbas necessita de cuidados paliativos,
130 sendo uma máfia que começou aqui em Campinas, com possibilidade de se espalhar para
131 todo o Brasil. Falou que o SUS já não tem dinheiro, sendo um absurdo o pagamento de
132 recursos para entidades religiosas. Lembrou que o país é laico, não podendo ser aceito que
133 uma entidade religiosa receba dinheiro público para embutir na cabeça do indivíduo que
134 está morrendo que deve rezar, sendo seu direito não querer faze-lo. Orientou aos
135 conselheiros que pensem direito ao votar nesta prestação de contas. O Sr. Mariante
136 perguntou se o Conselho Fiscal de Saúde recebeu a prestação de contas e se manifestou,
137 pois caso contrário, deveria ser retirado de pauta. Afirmou que encontrou uma pessoa que
138 trabalhava nesse serviço relatou uma série de problemas que diziam respeito, por exemplo,
139 a assinaturas de recibos de uma só vez. Afirmou que não saberia explicar corretamente
140 todos os problemas apontados, porém configura uma das piores notícias que poderia
141 receber como controle social. Afirmou que recebeu a informação que a funcionária citada,
142 que tem um vínculo familiar com o ex-prefeito, prestava serviço, o que não acontecia em
143 outros casos. Defendeu que se for para não reexaminar esse convênio, sua posição é
144 contrária a essas contas. Concordou com o Sr. Trombetta sobre a quebra do preceito do
145 Estado laico, em um momento de enfrentamento de uma situação difícil. Apontou que deve
146 se tratar de uma assistência à saúde e não uma assistência religiosa. Defendeu que o CMS
147 não aprove essas contas e que se deve avaliar com muito cuidado esses documentos. A Sra.
148 Juliana falou que realizou uma visita ao serviço de Oncologia e nunca questionou a
149 importância dos cuidados paliativos. Defendeu que esse atendimento devesse ser feito pelos
150 funcionários do hospital, para garantir uma equipe de atendimento 24 horas,
151 acompanhando desde a entrada do paciente e sua internação. Verificou-se que não houve
152 essa capacitação, sendo que este convênio não cumpriu essa meta importante. Defendeu
153 que ocorra essa capacitação o mais rápido possível. A Sra. Neide considerou que na quinta-
154 feira, houve reportagens sobre o assunto, nos jornais, apontando que fora o CMS que fez
155 com que se rompesse o convênio entre a SMS e a entidade, sendo uma informação
156 equivocada. Falou que tinha um advogado da entidade que falou à reportagem que a
157 entidade deixará desassistidos alguns pacientes, sendo também uma informação mentirosa,
158 pois a entidade prestava atendimento as quartas e sextas-feiras, no período vespertino,
159 sendo que o hospital atende ininterruptamente. Afirmou que não existia nenhuma
160 aproximação ou facilitação da associação em deixar os profissionais do HMMG se juntarem a



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 eles, existindo uma situação bastante difícil de relacionamento entre estes profissionais e os
162 da entidade. Afirmou que muitos pacientes relatavam que a única pessoa que fez visitas
163 domiciliares era a médica citada anteriormente, sendo que os outros médicos não iam
164 nessas visitas atendendo somente dentro da unidade. O Sr. Severino explicou que ocorreu a
165 prestação de contas do referido convênio ao Conselho Fiscal de Saúde, que exarou parecer
166 contrário à aprovação destas contas. O Sr. Wilson Onorato, diretor clínico do Hospital
167 Municipal Dr. Mário Gatti, falou que, como o Ministério da Saúde reconhece o hospital como
168 unidade UNACON, obrigatoriamente deve possuir cuidados paliativos. Respondendo à SMS,
169 quando questionado se deveria se renovar o convênio, falou que a unidade, para ser
170 credenciada, deve ter esse tipo de atendimento. Falou que, como a resposta da entidade
171 para a renovação do convênio fora negativa, conversou com os técnicos da SMS, verificou
172 que existe a quantidade de médicos necessários para prestar esse atendimento, devendo
173 ocorrer à readequação de suas cargas horárias. Falou que o hospital vem tentando
174 incorporar um funcionário administrativo, um psicólogo e um assistente social para realizar
175 esse trabalho integralmente. Explicou que os telefones da unidade de Oncologia do hospital
176 estão à disposição dos usuários que necessitem do serviço. Lembrou que a unidade de
177 oncologia não possui atendimento de urgência, o que deve ocorrer no pronto socorro. Falou
178 que o hospital está montando uma equipe de cuidados paliativos. Falou que não concorda
179 com a posição do Sr. Trombetta, sobre a necessidade de ter atendimento paliativo à
180 pacientes terminais, defendendo que esses cuidados garantem qualidade de vida e de morte
181 à estes pacientes. Em regime de votação nominal, o Conselho Municipal de Saúde **NÃO**
182 **APROVOU a prestação de contas do convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e a**
183 **Associação Maria Porta do Céu (Lo'Thedal)**, com 06 (seis) votos favoráveis, 29 (vinte e nove)
184 votos contrários e 05 (cinco) abstenções; votando **FAVORÁVEL** os seguintes conselheiros: Sr.
185 Anésio Corat Junior, Sra. Deise Fregni Hadich, Sr. Edison Martins Silveira, Sra. Ivanilde
186 Aparecida Ribeiro, Sra. Maria de Fátima Siqueira Silva, Sra. Sílvia Simões Teixeira Nicolau;
187 votando **CONTRÁRIO** os seguintes conselheiros: Sr. Antônio Mamede da Silva, Sr. Cláudio
188 Trombetta, Sr. Edison Bueno, Sra. Eloísa Israel de Macedo, Sr. Elzito Tolentino Silva Peninha,
189 Sr. Felipe Monte Cardoso, Sr. Francisco Mogadouro da Cunha, Sra. Gabriela Marchiori Carmo
190 Azzolin, Sr. Gerardo Mendes de Melo, Sra. Glória Nozella Lima, Sr. João Xavier, Sr. José
191 Augusto de Sousa, Sr. José Paulo Porsani, Sra. Juliana Pasti Villalba, Sr. Luís de Paula Góes, Sr.
192 Manuel Silverio Teodoro, Sra. Maria Cristina Souza de Oliveira, Sra. Maria Helena Nogueira,
193 Sra. Mariene Terumi Umeoka Hidaka, Sra. Mercedes dos Santos, Sra. Neide Aparecida de
194 Faveri Alves, Sr. Paulo Tavares Mariante, Sra. Raquel Souza Lobo Guzzo, Sra. Rosa da Silva,
195 Sr. Severino Alves Bezerra, Sra. Soeli Alves Monteiro, Sra. Terezinha Tibúrcio da Mata
196 Oliveira, Sr. Wander de Oliveira Villalba, Sra. Wilma Rosendo da Silva; e **ABSTIVERAM-SE** os
197 seguintes conselheiros: Sra. Celi Aparecida Thiago Maia, Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sr.
198 José Aparecido Martins, Sra. Marlene Feliciano Oliveira, Sr. Sidney Mendes da Silva. **III.**
199 **Apresentação, discussão e deliberação sobre os profissionais da Atenção Básica:** o Sr.
200 Edison Martins realizou a apresentação, representando a gestão. Após, o Sr. Francisco



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 apresentou a questão, sob a ótica dos trabalhadores da rede de saúde. Abertas as falas, a
202 Sra. Raquel parabenizou o CMS pela discussão sobre a rede de assistência básica à saúde.
203 Falou que parte da fala do Sr. Plácido no começo da reunião, perguntando o nível de
204 conhecimento e de clareza do que é o SUS Campinas. Falou que o cotidiano de uma política
205 de saúde não consegue entender as discussões que ocorrem no CMS sem se indignar e sem
206 se questionar em que mundo está vivendo. Diferenciou políticas sociais e políticas públicas,
207 porque muitas vezes o discurso das políticas sociais é entendido por todos, mas a
208 operacionalização dessas políticas pelo Estado não é muito compreendida. Defendeu que
209 essas políticas devem ser o cotidiano de trabalho da Saúde e da Educação, o que não ocorre.
210 Falou que quando não existe correspondência entre o discurso das políticas sociais e do
211 cotidiano operacional do estado nas políticas públicas faz com o que o CMS esteja
212 eternamente neste espaço de controle social reclamando somente. Falou que é necessário
213 pensar que o controle social é uma política interessante de discussão e participação, mas
214 pode ocorrer o contrário, ocorrendo do Estado para a população. Falou que é necessário
215 entender que saúde não significa somente a ausência de doenças e, sim, o amplo estado de
216 bem estar físico, psicológico e emocional, além de escolas, saneamento básicos, moradia e
217 infraestrutura. Defendeu que não se pode ampliar a atenção básica sem ter a exata e clara
218 noção de quais são os problemas da vida cotidiana dos cidadãos de Campinas. O Sr. Xavier
219 concordou com a fala da Sra. Raquel, porém a realidade de uma ocupação é diferente, pois o
220 cidadão está distante do governo, pelas carências. Defendeu que deve ser levado o
221 conhecimento para a população que paga os seus impostos para garantir uma discussão
222 mais aprofundada sobre isso. Propôs que seja realizada uma grande plenária para discutir o
223 assunto atenção básica à saúde de forma mais produtiva, garantindo à participação maciça
224 dos usuários que sofrem na pele as dificuldades do atendimento de saúde. O Sr. Gerardo
225 parabenizou o Centro de Saúde Santa Lúcia que levantou essa temática para discussão no
226 CMS. Defendeu que a parte mais importante da saúde é a atenção básica, onde se discute a
227 saúde e a melhoria das condições de vida da população, este tema não é prioridade nem do
228 conselho nem da gestão. Apontou que a gestão visa coisas grandes, sendo que a atenção
229 básica é aquele cuidado constante dos usuários. Propôs que seja apontado o prazo de trinta
230 dias para que a Administração faça um levantamento das necessidades de recursos humanos
231 de cada unidade. Perguntou em quantos meses deverá ocorrer a complementação do
232 quadro de recursos humanos para que a atenção básica tenha pessoas suficientes para atuar
233 junto aos usuários. Propôs que em noventa dias a SMS complete as equipes de saúde da
234 família, pois existem locais que estão com falta de profissionais há mais de dois anos. Propôs
235 que as resoluções da Conferência Municipal de Saúde sejam implantadas imediatamente, no
236 que tange as questões da atenção básica. Sugeriu a formação de um espaço para discutir
237 essa questão o mais rápido possível. Apontou que existe comissão para todos os assuntos,
238 menos para a atenção básica. O Sr. Mariante falou ser importante os olhares diferentes,
239 sendo, no caso, a apresentação do Sr. Francisco que colocou o assunto sob a ótica dos
240 trabalhadores, sendo isso que justifica o trabalho do conselho. Falou que o olhar crítico



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 trouxe uma série de dilemas que não se resolvem com uma ou duas falas ou explicações.
242 Falou que o gancho da apresentação do Sr. Francisco que deve ser pensado urgentemente é
243 o claro indicativo de como será construído esse espaço de discussão permanente. Lembrou
244 que o conselho só vem discutindo e debatendo convênios e prestações de conta, deixando
245 de lado as discussões sobre a construção de políticas públicas de saúde. Ressaltou a
246 necessidade de discutir a questão antes de fazê-la, construindo democraticamente. Falou
247 que de toda essa discussão, deve-se priorizar a criação deste espaço de debates permanente
248 sobre o assunto, até visando à implantação das resoluções da Conferência Municipal de
249 Saúde, sendo uma discussão importante para a saúde pública em Campinas. O Sr. Porsani
250 perguntou quais conselheiros eram favoráveis à prorrogação da reunião por mais trinta
251 minutos, conforme consta no Regimento Interno, sendo aprovada por unanimidade. O Sr.
252 Felipe falou que trabalha como professor de residentes de saúde básica na UNICAMP e que,
253 das cinco vagas, somente foram preenchidas três vagas. Perguntou por que os médicos não
254 querem trabalhar na rede, sendo levado a questionamentos sobre os problemas mais
255 profundos do SUS. Falou que a ilusão de que se pode construir um SUS de um só município
256 já foi derrotada. Falou que caso seja construído um SUS maravilhoso em Campinas, acaba
257 ocorrendo uma migração de médicos para este município, desassistindo os municípios
258 vizinhos. Falou sobre a necessidade de discutir o SUS Campinas e o retrocesso que passou
259 nestes anos. Concordou que devam existir metas para corrigir os problemas. Apontou que a
260 pressão por produtividade e a crença de que abrir a agenda do médico resolverá o problema
261 não são soluções e acabam prejudicando ainda mais o serviço público. Lembrou que o
262 governo tem cortado as verbas para a saúde, pois o sonho da nova classe médica é o plano
263 de saúde. Apontou que o município deve resolver imediatamente a falta de profissionais. A
264 Sra. Maria Gil falou sobre os agentes de saúde, que atuam somente em relação à dengue,
265 não atendendo mais as outras patologias. Apontou que o agente de saúde não conhece mais
266 sua região, pois tem que visitar correndo para verificar todos os imóveis procurando focos
267 de dengue. Falou que está faltando lazer, fator importante para a determinação da saúde da
268 população. A Sra. Terezinha falou que a saúde básica é um direito de todos os cidadãos e
269 que a maioria das equipes de saúde da família está incompleta, não dando mais conta de
270 atender aos usuários. Falou ser difícil essa situação, pois a atenção básica é uma porta
271 aberta para evitar a procura por hospitais e prontos socorros. Parabenizou o material do Sr.
272 Francisco, pois alertou os conselheiros sobre a realidade. Falou que ocorrem muitos óbitos
273 devido à distância entre as consultas e os procedimentos de especialidades. Falou que os
274 caminhos para a defesa da saúde são tortuosos. O Sr. Porsani falou que está no CMS desde
275 2005, como conselheiro, sendo que a questão de recursos humanos é discutida todo ano.
276 Apontou que muitos temas importantes para a saúde são postergados ano após ano.
277 Lembrou que agora o controle social tem mais espaço para falar. Apontou ter preocupação,
278 pois muitas conferências municipais de saúde já ocorreram e os governantes continuam
279 desrespeitando aquelas decisões. Falou que tem dúvidas sobre a resolutividade do grupo de
280 trabalho proposto pelo Sr. Francisco, mas que deve ser tentado mais uma vez. Falou que



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



281 muitas coisas ocorreram quando se chega ao fundo do poço, como no caso do CHOV.
282 Lembrou que a questão do quadro de recursos humanos é algo parado há muito tempo,
283 sendo sempre propostas alternativas como a terceirização, como o convênio com o SSCF.
284 Lembrou que os trabalhadores do SSCF se mobilizaram somente agora, com a iminência do
285 término do convênio. Falou que espera que essa questão dos recursos humanos não tenha
286 que chegar ao fundo do poço para que seja resolvida. A Sra. Maria do Carmo solicitou que os
287 gestores da saúde procurem sanar os problemas de desabastecimentos de medicamentos e
288 insumos na rede básica. Falou que vem ocorrendo muitas agressões aos profissionais de
289 saúde, o que também deve ser discutido. A Sra. Soeli falou que está no CMS pela Pastoral da
290 Saúde e que fez um teatro sobre a Campanha da Fraternidade em sua paróquia, em que
291 mostrava uma visita ao médico. Falou que o trabalho da sociedade civil participando no
292 conselho também é válido, pois divulga as ações das políticas de saúde. Defendeu que o
293 povo deve se apropriar e participar mais ativamente dos conselhos de saúde, ao invés de
294 somente reclamar das atuais condições. Falou que participou da I Conferência Municipal de
295 Transparência e Controle Social, sendo muito importantes e elucidativas as palestras que
296 participou. Apontou que a população deve construir o hábito de conhecer mais as leis e
297 decretos sobre o SUS e que cobre que a Câmara de Vereadores também venha participar das
298 reuniões dos conselhos de saúde. O Sr. Paulinho falou que a situação está ruim de uma
299 forma geral. Concordou com a posição defendida pelo Sr. Francisco. Falou que as pessoas
300 devem distinguir os pontos que são importantes e os que não são. Afirmou que a taxa de
301 desinformação e de perda de exames, ao longo da cadeia de atendimento à saúde, é muito
302 grande. Defendeu que os usuários devem começar a cobrar de forma mais eficaz. O Sr.
303 Severino defendeu que falar da situação básica é muito delicado, pois se espera que mais
304 pessoas fiquem doentes. Defendeu que devem ser priorizadas políticas que evitem a doença
305 e não as trate apenas. Falou que a melhor forma disso ocorrer é a prevenção, devendo ser
306 feitas em várias frentes, como as condições de trabalho, salários decentes, lazer e
307 educação, e não somente aumentando a quantidade de funcionários na saúde. O Sr. Porsani
308 informou que a Comissão Executiva será composta pelos seguintes conselheiros usuários:
309 Sra. Maria Helena, Sra. Neide, Sr. Gerardo e Sr. João Xavier; pelos conselheiros
310 trabalhadores: Sr. Francisco e Sra. Wilma; e pelos conselheiros gestores: Sr. Edison Silveira e
311 Sra. Ivanilde. Informou que a Mesa Diretora será composta pelo conselheiro usuário, Sr.
312 Paulo Mariante; pela conselheira trabalhadora, a Sra. Eloísa; e pelo conselheiro gestor, Dr.
313 Fernando Brandão, secretário municipal de saúde. Lembrou que o mandato da Comissão
314 Executiva e da Mesa Diretora é de um ano. O Sr. Gerardo questionou a nomeação de um
315 conselheiro suplente para a comissão de acompanhamento do CHOV. O Sr. Porsani apontou
316 que essa vaga está aberta, onde os interessados deverão procurar a Secretaria Executiva.
317 Para responder as dúvidas da pauta, o Sr. Edison falou que trabalha há vinte anos no SUS e
318 que é importante para a gestão realizar essa discussão sobre atenção básica e se colocou a
319 disposição de todos os conselheiros para discutir. Ressaltou que o Secretário de Saúde quer
320 ampliar o debate e conseguir que o controle social demande para a gestão as reais



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



321 necessidades, para melhorar ainda mais a qualidade da rede de saúde. Lembrou que a rede
322 de saúde de Campinas tem uma história e grande reconhecimento no Brasil. Falou que todos
323 os erros são depositados para a gestão ou pela falta de gestão. Argumentou que isso não
324 verdade, pois são necessários mecanismos de construir colegiados de gestão para discutir
325 esse assunto. Falou que os gestores não são totalmente responsáveis por questões como a
326 falta de financiamento do SUS. Sugeriu que os conselheiros fizessem um pacto de
327 transparência e de encaminhar para os espaços de discussões os problemas da ponta do
328 sistema. Sugeriu que os conselheiros construam conjuntamente a rede de Saúde de
329 Campinas, trazendo o debate e as críticas para uma construção mais ampla. O Sr. Francisco
330 agradeceu ao CMS a oportunidade da apresentação de dois pontos de vista diferentes, o que
331 enriqueceu o debate. Defendeu que todos levem à Comissão Executiva a intenção de
332 apresentar em uma determinada pauta. Concordou que o assunto deve ser mais bem
333 debatido e sugeriu a criação de uma comissão do CMS para a discussão da atenção básica.
334 Propôs que seja discutido na Comissão Executiva e, posteriormente, encaminhado ao pleno
335 o formato deste fórum de discussão. Concordou com o Sr. Edison sobre a necessidade de
336 parcerias para a construção do SUS em Campinas, porém que trabalhadores e gestores são
337 lados diferentes. Apontou que muitas vezes os gestores tomam decisões sem consultar os
338 trabalhadores que estão em atendimento na ponta. Sugeriu que a gestão tenha o papel de
339 dialogar com os profissionais, o que é bem mais difícil que baixar uma simples ordem. Falou
340 que os trâmites de usuários é um problema constante na rede básica de saúde, frutos do
341 sistema de encaminhamentos. Lembrou que não falou em nome dos médicos que trabalham
342 no SUS como um “bico” ou que não tem perfil para esse atendimento. Afirmou que
343 apresentou em nome dos médicos que gostam do atendimento público e estudam para isso,
344 porém não permanecem em Campinas. Falou que parece que a situação favorece aquele
345 profissional que não se envolve com o usuário, nem com o SUS. Apontou grande incômodo
346 com a fixação de médicos, apontando ser o maior problema do SUS Campinas. O Sr. Porsani
347 falou que fora alertado pelo Sr. Anésio sobre a Lei Complementar nº 141, onde diz que todas
348 as rejeições do Conselho Municipal de Saúde devem vir com as devidas justificativas. Diz que
349 encaminhará à Comissão Executiva, juntamente com a ata e o relato do Conselho Fiscal de
350 Saúde, para que seja construída uma resposta e encaminhada à SMS sobre as justificativas
351 da rejeição da prestação de contas do convênio com a Associação Maria Porta do Céu. O Sr.
352 Mariante realizou a apresentação da moção de repúdio ao corte de verbas destinadas à
353 saúde. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a moção**
354 **apresentada**, por unanimidade. Devido ao avançado da hora, o Sr. Porsani explicou que a
355 pauta **V. Apresentação, discussão e deliberação sobre o aditamento dos convênios entre a**
356 **Secretaria Municipal de Saúde e as Casas de Apoio, vinculadas ao Programa Municipal**
357 **DST/AIDS** deverá ser discutida na próxima reunião, como primeiro ponto de pauta. A Sra.
358 Sílvia Nicolau sugeriu que os informes fossem limitados, pois consomem muito tempo da
359 reunião, prejudicando a pauta propriamente dita. Sugeriu que os informes voltem a ser o
360 último ponto de pauta das reuniões. O Sr. Porsani encerrou a reunião, agradecendo a



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



361 presença de todos. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário
362 executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ata, assinando-a juntamente
363 com os demais presentes.